

DIRETORIA LEGISLATIVA

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu **PROMULGO**, conforme inteligência do caput do Art. 48 combinado com o Inciso IV do Art. 51 da Constituição Federal, aplicando à espécie o princípio de simetria com o centro:

LEI N. 116, DE 12 DE MAIO DE 2004

(D.O.M. 12.05.2004 – N. 997, Ano V)

ALTERA a Lei n°. 105, de 18/11/2003, que trata sobre a Organização Administrativa do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

- **Art. 1.º** Fica extinta a Diretoria de Segurança da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Manaus, ficando o Departamento de Segurança subordinado à Diretoria de Administração.
- **Art. 2.**° Os cargos em comissão de Diretor de Segurança e Diretor de Segurança Adjunto ficam extintos.
- **Art. 3.°** Fica criada 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente da Mesa Diretora CCL-4, previsto no Anexo VIII da Lei n° 105, de 18/11/2003.
- **Art. 4.º** O Departamento de Orçamento passa a integrar a estrutura da Diretoria de Finanças.
- **Art. 5.°** O Anexo VII da Lei n°. 105, de 18/11/2003, passa a ter a composição constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. O Anexo I desta Lei refere-se à Função de Confiança Legislativa – FCL, que será exercida, exclusivamente, por Servidores do Quadro Efetivo da Câmara Municipal de Manaus, por indicação do Chefe do respectivo Setor.

- **Art. 6.º** Os cargos comissionados de Assessor de Comissões Especiais e Assessor Técnico, passam a ter simbologia CCL-7, com remuneração constante do Anexo II desta Lei.
- **Art. 7.º** Os cargos de Assessor Técnico Especial I e Assessor Técnico Especial II, cuja manutenção impõe-se por razões legais, na forma estabelecida na Lei nº . 2046/89, Ato da Mesa 29/89 e inciso II, do art. 2º, da Resolução nº 13/93, tem seus vencimentos fixados no Anexo III, sendo assegurada apenas revisão geral anual dos vencimentos, sempre na mesma data e sem distinção de índices dos demais servidores, em razão da norma inserta no inciso X e XIII, do art. 37 da Constituição Federal.



DIRETORIA LEGISLATIVA

- **Art. 8.°** O cargo efetivo de Inspetor de Segurança passa a ter suas atribuições estabelecidas pelo Anexo IV desta Lei.
- **Art. 9.º** Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:
 - I assiduidade;
 - II disciplina;
 - III capacidade de iniciativa;
 - IV produtividade;
 - **V** responsabilidade.
- § 1.º Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento do sistema de carreira, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.
- § 2.º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- § 3.º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, sempre com ônus para o órgão de origem.
- **Art. 10.** O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício.
 - **Art. 11.** Revoga-se o art. 28, da Lei nº 01/92.
- **Art. 12.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
- **Art. 13.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Manaus, 12 de maio de 2004.

Ver. PAULO NASSER

Presidente

Ver. LUIZ FERNANDO MORAES DA COSTA

1º Vice-Presidente



Ver^a. MARIA REJANE GUIMARÃES PINHEIRO 2º Vice-Presidente

Ver. WALTER LIRA PEREIRA

1º Secretário

Ver. SILDOMAR ABTIBOL

2º Secretário

Ver. JOÃO MARINHO MONTEIRO NUNES

3º Secretário

ANEXO - I

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	NÚMERO	SIMBOLOGIA	VALOR (R\$)	OBS:
Subgerente de Departamento	02	FCL-1	2.100,00	-
Membro da Comissão de Licitação	04	FCL-1	2.100,00	Comissão de Licitação
Secretário de Comissão Legislativa	09	FCL-2	1.600,00	Diretoria Legislativa
Chefe de Serviço	29	FCL-2	1.600,00	-
Oficial de Cerimonial I	01	FCL-2	1.600,00	Cerimonial
Oficial de Cerimonial II	01	FCL-3	1.300,00	Cerimonial
Subsecretário de Comissão Legislativa	09	FCL-4	1.100,00	Diretoria Legislativa
Coordenador de Serviços Especializados	05	FCL-5	1.000,00	Procuradoria Geral
Preposto Judicial	02	FCL-6	500,00	Procuradoria Geral
Assistente de Serviço e Apoio Administrativo	06	FCL-6	500,00	Diretoria de Administração
Assistente de Serviço e	02	FCL-6	500,00	Procuradoria Geral



Apoio		
Administrativo		

ANEXO II

			REMUNERAÇÃO			
DENOMINAÇÃO DO CARGO	VAGAS	SIMBOLOGIA	VENCIMENTO (Salário Mínimo vigente no País)	REPRESENTAÇÃO	TOTAL	
Assessor de Comissões Especiais	08	CCL-7	260,00	900,00	1.160,00	
Assessor de Comissões Técnicas	18	CCL-7	260,00	900,00	1.160,00	

ANEXO III

DENOMINAÇÃO DO CARGO	N° DE CARGOS	VENCIMENTO	OBS:
Assessor Técnico Especial I	01	6.000,00	Extinto
Assessor Técnico Especial II	01	5.700,00	Extinto

ANEXO IV

CARGO	ATRIBUIÇÕES	
Inspetor de Segurança	 Elaborar relatório de ocorrência quando necessário; Supervisionar os serviços de segurança; Orientar os vigias, em casos de ocorrência de sinistro e/ou qualquer tumulto; Efetuar rondas diurnas e noturnas pelas dependências da Câmara e/ou seus anexos, inspecionando áreas e condições gerais de bens patrimoniais, manter controle do quadro de chaves das dependências e/ou garagens, registrando em formulários apropriados 	



DIRETORIA	LEGISLATIVA
	as irregularidades verificadas, visando
	manter informado o superior hierárquico;
	•Efetuar controle na portaria, impedindo
	entrada ou saída de materiais ou objetos
	sem as respectivas autorizações;
	•Dirigir investigação de Quaisquer
	condições anormais que tenha
	observado e levar ao conhecimento do
	superior;
	Outras atividades correlatas.